

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1439 | 16/07/2018 a 22/07/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

AGROQUÍMICOS

DEFENSIVOS PASSADOS A LIMPO

sistemafaep.org.br

Aos leitores

A famosa frase “uma mentira repetida mil vezes se torna verdade”, atribuída ao ministro da propaganda na Alemanha Nazista, Joseph Goebbels, cai como uma luva no atual momento de debate do Projeto de Lei que regula o registro de defensivos agrícolas. Apesar de o documento dar transparência ao processo, muitas pessoas, inclusive renomados artistas, estão invertendo a situação. E, de forma irresponsável, vendendo mentiras, repetidas mil vezes, para a população.

Agroquímico não mata quando utilizado de forma correta, como acontece com a maioria dos produtores rurais, que fazem a aplicação nas lavouras com o que há de mais moderno. Ao contrário! Considerando que o Brasil é um país subtropical, com clima temperado propício para a proliferação de pragas e doenças, os defensivos agrícolas colaboram diretamente para a produção de alimentos segura e crescente, como exige um planeta onde a população não para de crescer.

Mas parece que a disputa vai além das inverdades espalhadas irresponsavelmente nas redes sociais. Proposta do Ministério Público do Paraná tem feito com que municípios implantem cortinas verdes na divisa entre lavouras e cidades. Os promotores esqueceram que a responsabilidade do avanço das cidades sobre as lavouras não é dos produtores, mas da falta de planejamento urbano. E que a irresponsabilidade não pode acarretar prejuízo bilionário ao agronegócio estadual.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho
Redação e Revisão: André Amorim e Antonio Carlos Senkovski
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1439:

Fernando Santos, Milton Dória, divulgação, shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Produtos são avanços tecnológicos que permitem manutenção dos altos níveis de produtividade para alimentar o mundo

PÁG. 4

OTIMIZAÇÃO

Desde o início de 2018, Sistema FAEP/SENAR-PR passa por reestruturação para unificar as duas casas

Pág. 3

CORTINAS VERDES

Proposta tenta responsabilizar produtores pelo avanço das áreas urbanas sobre as zonas rurais

Pág. 8

PROJETO DE LEI

Análise da CNA mostra que proposta irá dar transparência aos registros de pesticidas

Pág. 12

CTA DE ASSIS

Estudantes do curso técnico em Agropecuária conhecem a estrutura do aviário-escola do SENAR-PR

Pág. 17

JUBILEU DE OURO

Sindicato Rural de Pato Branco comemora 50 anos com histórias de conquistas para os produtores

Pág. 18

FAEP e SENAR-PR mais unidos que nunca

Reestruturação unifica departamentos das duas casas e otimiza diversos serviços

Passa pelos objetivos de qualquer organização otimizar seus processos para buscar maior eficiência e economia. Com o Sistema FAEP/SENAR-PR não é diferente. Desde o início de 2018 a instituição passa por uma reestruturação, que tem como ponto chave a unificação efetiva das duas casas. Desta forma, a Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - administração regional Paraná (SENAR-PR) vivem um processo que irá conferir mais agilidade e dinamismo em suas esferas de atuação.

“Nós já trabalhamos juntos como instituições irmãs, mas agora vamos ser uma casa só na maioria dos processos”, adianta o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, sobre a unificação do ponto de vista operacional.

Cada instituição continua com a guarda de seus objetivos próprios. À FAEP cabe fazer a representação política dos produtores rurais nas esferas estadual e federal, encampando as lutas do homem do campo, que chegam por meio dos Sindicatos Rurais. Já o SENAR-PR tem como missão realizar ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas à população rural, contribuindo com sua profissionalização e capacitação e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos produtores e trabalhadores.

“São atuações complementares, que já caminham lado a lado. A diferença é que a partir de agora essa relação será ainda mais próxima do ponto de vista operacional. Com isso ambas as instituições vão ser beneficiadas e isso se converterá em benefícios para o produtor rural”, afirma o superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho.

Dentre as mudanças iniciais deste processo está a unificação de alguns departamentos. Os departamentos jurídicos das duas casas se uniram sob um mesmo teto de modo a otimizar os recursos, com o advogado Klauss Dias Kuhnen à frente da área. O mesmo aconteceu na área técnica. A Gerência Técnica (Getec) e o departamento de Inovação do SENAR-PR se uniu ao Departamento Técnico

Econômico (DTE) da FAEP formando o Departamento Técnico Econômico (Detec), com a médica veterinária Ariana Weiss Sera como gerente responsável. Agora, todos os técnicos, independente da origem, trabalham de forma integrada, em prol da defesa e capacitação dos produtores rurais. As gerências de tecnologia da informação (TI) das duas casas também foram unidas no Departamento de Tecnologia da Informação (DETI) sob a batuta de Ieda Maria Donada.

O objetivo com estas mudanças é dar mais agilidade às ações do Sistema FAEP/SENAR-PR, otimizar o uso dos recursos humanos das duas casas, que agora, mais próximas terão seus canais de diálogo melhorados, possibilitando a realização de mais ações conjuntas e integradas. Desta forma, a construção de um plano conjunto para o futuro da agropecuária paranaense será ainda mais eficiente.



Defensivos a favor da produção de alimentos

Pintados como vilões, os produtos são avanços tecnológicos, o que permite ao produtor rural manter altos níveis de produtividade para alimentar o mundo



Os defensivos agrícolas são, na prática, avanços tecnológicos resultado de décadas de pesquisas científicas do poder público e iniciativa privada. Os produtos têm uma série de trâmites e exigências legais a serem cumpridas antes da liberação para uso, como procedimentos de segurança pré-definidos e um controle criterioso, o que vale da fabricação até a venda, do uso nas lavouras até a análise de amostras de alimentos já colhidos para análises em laboratório. Isso faz com que seja uma cadeia de alto controle e de responsabilidades econômica, ambiental e social. Mas todo esse esforço de cada elo da cadeia não costuma ser facilmente reconhecido pela opinião pública.

Em um dos episódios mais recentes que exemplificam essa situação, o debate de um Projeto de Lei que prevê uma modernização da legislação que regula o re-

Ranking Mundial

Uso de defensivos agrícolas

 JAPÃO	●●●●●●●●●●●●●●	11,75 kg/ha
 HOLANDA	●●●●●	4,59 kg/ha
 FRANÇA	●●●	2,40 kg/ha
 ALEMANHA	●●	1,9 kg/ha
 BRASIL	●	1,1 kg/ha

Fonte: FAO e Banco Mundial

gistro de defensivos agrícolas (leia ao lado) causou furor na ‘esfera pública’ da internet. Artistas e celebridades, muitos sem qualquer contato mais próximo com a complexidade da área agrícola, começaram uma ofensiva contra os produtores. Nas peças com conteúdo ideológico, sem embasamento científico, os agricultores são acusados de usarem agroquímicos em excesso e mais do que qualquer outro lugar do mundo.

Os números levantados com critério científico, no entanto, mostram justamente o contrário. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), mesmo sendo um país tropical (sem a neve e o frio congelante que esterilizam o solo em nações tradicionais de agricultura na América do Norte, Europa e Ásia), o Brasil usa 11 vezes menos agrotóxicos, em relação à área cultivada, do que o Japão, país conhecido pela longevidade do seu povo (ver gráfico na página 6). Apesar de o Brasil ser o maior exportador do mundo de café, soja e suco de laranja, e um dos maiores na produção de vários outros alimentos, os produtores ocupam apenas o 11º lugar no ranking mundial do uso de defensivos agrícolas em relação ao volume total produzido, ainda segundo a FAO.

Isso mostra algo que é desconhecido à imagem que circula no senso comum. Os produtores rurais, na verdade, são os que mais buscam a economia no uso de defensivos agrícolas. A cada aplicação que deixa de ser feita em uma lavoura há um ganho financeiro significativo, além de todo o ganho ambiental e outros benefícios intangíveis.

“Há inúmeros benefícios financeiros. Tem produtor que deixou de fazer uma aplicação com inseticida que representou economia de R\$ 100 mil em uma única safra. E temos também aspectos que não são possíveis de medir com precisão, como menor exposição aos produtos, menor desgaste de equipamentos, menor intervenção no ecossistema das lavouras e uma série de outros pontos”, conta Flaviane Medeiros, coordenadora do curso Manejo Integrado de Pragas (MIP) na soja, promovido pelo SENAR-PR.

Modernização das leis sobre defensivos

Os defensivos agrícolas são um dos mercados mais regulados do mundo. E no Brasil, o trâmite lento para o registro de novos produtos é um dos aspectos que mais causa problemas. Atualmente, a liberação de agroquímicos precisa passar por três órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). É comum que um produto leve até 10 anos para cumprir todos os processos antes de ser comercializado. Esse cenário abriu o debate sobre a necessidade de modernizar as regras que regulamentam o setor, por meio do Projeto de Lei nº 6.299/2002.

A FAEP sempre esteve à frente dos debates relacionados ao uso correto e racional de defensivos agrícolas. Um dos exemplos disso é a atuação na formação de uma rede de mais de 20 entidades paranaenses e de outros Estados para chegar às soluções mais adequadas em diversas situações envolvendo os defensivos.

“Para isso foram feitos vários eventos com engenheiros agrônomos, sindicatos e produtores, criamos um modelo para facilitar o levantamento das demandas. Atuamos com o esclarecimento de dúvidas sobre instruções normativas, a articulação e envio das demandas levantadas para análise das empresas fabricantes, o acompanhamento no Diário Oficial da União dos registros aprovados e uma infinidade de outras ações”, diz Elisangeles Baptista de Souza, engenheira agrônoma do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP.

Um dos principais desafios para se avançar dentro do tema está no que se define como Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI). “Nossa intenção é promover um trabalho de integração entre indústria, governo, pesquisa, produtores e profissionais envolvidos na cadeia para que possamos chegar às melhores soluções nos impasses vividos pelo setor”, comenta Elisangeles.

Além disso, a profissional sinaliza para a necessidade de se promover um diagnóstico dos relatórios dos últimos cinco anos dos resultados das análises de coletas de resíduos e de agroquímicos pela Secretaria Estadual de Saúde e Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), e fazer um levantamento de agroquímicos registrados por cultura ou por grupo de cultura.

“O que precisamos pensar é como nós podemos melhorar esse processo de integração onde a federação possa ser uma promotora de discussões, a FAEP tem um elo de ligação mais forte com o agricultor. Essa ligação que faz circular de forma mais evidente a informação para o agricultor é um caminho para juntar todas as instituições e assim apontar quais são os riscos e questões fundamentais sobre o tema”, diz Dionisio Gazziero, da Embrapa Soja.



Curso em MIP de soja

O MIP é um conjunto de técnicas de controle usado de forma integrada, cujo o monitoramento constante de lavouras é uma ferramenta fundamental para determinar a tática e a hora certa de controle. “Uma das técnicas utilizadas é o controle químico. Mas precisa ser usado seguindo uma série de critérios, principalmente o nível de controle, o quanto a soja pode aguentar a pressão de determinadas pragas. Com isso é possível diminuir significativamente a utilização do uso de defensivos”, explica Flaviane.

O curso sobre o MIP, desenvolvido pelo SENAR-PR, está na sua terceira edição neste ciclo 2018/19. E, conforme os dados, conquista cada vez mais adeptos (ver gráfico).

Os números falam por si só. Em áreas com MIP na safra 2016/17 foram necessárias, em média, 1,9 aplicação de inseticidas nas lavouras de soja, enquanto que a média estadual ficou em 3,7 aplicações, o que mostra uma economia no custo de produção, com benefícios diretos aos produtores. Em 2017/18, mesmo com uma ampliação significativa no número de participantes e na área abrangida, o resultado foi de 1,9 aplicações nas áreas de MIP contra 3,4 em áreas sem MIP. Em ambos os casos a produtividade se manteve.

Dionisio Gazziero, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em Soja (Embrapa Soja),

Números do MIP na soja

Safra 2016/17

18 turmas | 262 inscritos
186 concluintes (71%) | 2.290 ha

Aplicação Inseticida MIP	Produtividade Média MIP (sc/ha)	Custo com o controle de pragas (sacas)
1,92	68,4	2,3
Aplicação Inseticida Padrão / Produtor	Produtividade Média (sc/ha)	Custo com o controle de pragas (sacas)
3,7	64,2	4,1

Safra 2017/18

28 turmas | 421 inscritos
333 concluintes (79%) | 3.505 ha

Aplicação Inseticida MIP	Produtividade Média MIP (sc/ha)
1,98	60,5
Aplicação Inseticida Padrão / Produtor	Produtividade Média (sc/ha)
3,4	59,8

Custos da safra 2017/18 ainda não foram fechados.

Fonte: Detec.

considera que o MIP tem comprovação científica em relação as inúmeras vantagens para os agricultores dos aspectos econômico, ambiental e social. “É um programa de sucesso. O que nós precisamos fazer é contar com o agricultor que ainda não utiliza, que confie e dedique pelo menos um pedaço de área porque certamente vai gostar. Até porque o retorno econômico direto já é muito grande”, cita.

Ainda segundo Gazziero, além do aspecto financeiro, um ponto fundamental é o fato de não fazer aplicações de defensivos. “Esse pensamento que nos leva ao Manejo Integrado de Pragas deve ser estendido também para o manejo de doenças das culturas, em especial da soja, e também para a questão de plantas daninhas. Todos os problemas que temos hoje com resistência de insetos-praga, doenças e ervas daninhas são porque estamos utilizando os produtos de uma forma inadequada e contínua. O manejo integrado é um exemplo fantástico para reverter essa situação em todas as áreas”, aponta.

Próximas turmas

Os técnicos do SENAR-PR estão percorrendo o Estado em uma fase de sensibilização dos produtores. Esse trabalho segue até o dia 27 de julho. As inscrições estão abertas. Para saber mais detalhes do curso Manejo Integrado de Pragas (MIP) na soja, assista ao vídeo no nosso Canal do Youtube, na Playlist do Catálogo Interativo, pelo link: www.bit.ly/mipsoja

Fórum Técnico

Um debate sobre os defensivos agrícolas foi promovido durante o Fórum Técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR, que reuniu técnicos da casa, no dia 9 de julho. Ágide Meneguette, presidente da entidade, abriu o evento com um panorama vivido pelo agrogonôcio e a necessidade de se mobilizar para prestar serviços da melhor qualidade possível e defender os interesses dos produtores rurais.

“Nós estamos fazendo a nossa parte. Estamos trabalhando duro para o Paraná ser um exemplo ainda maior de excelência”, apontou Meneguette.

Na mesma ocasião, o superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho, revelou que os seminários serão mensais, com um tema que esteja pulsante. “A ideia é fazer um nivelamento dos conhecimentos. Quem domina o assunto apresente em que pé estamos e que os demais contribuam com a discussão suas visões. Encaro como uma ideia de ponto de crescimento profissional do quadro como um todo”, comentou. “Precisamos distribuir o conhecimento”, completou.

A coordenadora agrícola do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ana Paula Kowalski, ressaltou, durante o seminário, que o debate fundamentado sobre o tema dos defensivos é de extrema importância para o setor. “Os agroquímicos têm vivido um momento decisivo. As pautas externas têm exigido um amplo esforço de alinhamento”, disse.



Fórum Técnico, promovido pelo Detec do Sistema FAEP/SENAR-PR, reuniu especialistas em defensivos agrícolas

Cortinas verdes invertem responsabilidade pelo ônus da expansão urbana

Ministério Público do Paraná (MP-PR) tenta responsabilizar produtores pelo fato de os bairros urbanos terem chegado às zonas rurais



A possibilidade de implantação das cortinas verdes na divisa entre lavouras e cidades inverte a lógica da responsabilidade pelo convívio das áreas urbanas e agrícolas. Em diversos lugares do Estado, os municípios cresceram e tomaram áreas de produção agrícola nas últimas décadas. Agora, uma proposta do Ministério Público do Paraná (MP-PR) tenta responsabilizar os produtores por isso, mesmo estes sem qualquer culpa pelo fato de os bairros urbanos terem chegado às zonas rurais. Para detalhar o que está em jogo nesse caso, o Departamento Técnico e Econômico do Sistema FAEP/SENAR-PR elaborou uma nota técnica, que traz também números dos prejuízos que podem ter que ser assumidos injustamente pelos produtores.

O documento relata que a proposta de implantação das cortinas verdes partiu do MP-PR por meio do pro-

jeto Rede Ambiental idealizado na Bacia do Alto Ivaí, no Norte Central do Estado. O órgão tem incentivado as Câmaras de Vereadores das cidades a preverem as cortinas verdes como obrigação dos produtores em Leis Municipais. Dos 72 municípios da Bacia, 14 já têm legislações que preveem a exigência da medida. Nestes locais, os proprietários são obrigados, no limite entre cidade e campo, a plantar duas linhas de árvores com espécies não frutíferas, sendo uma de crescimento rápido e arbóreo e outra por arbustos, preferencialmente nativas, e ainda deixar 50 metros sem produção agrícola com uso de defensivos até o início das lavouras convencionais até o início das lavouras. Caso opte em não plantar as árvores, o produtor é obrigado a deixar uma faixa de 300 metros, sem a aplicação de defensivos, a partir do fim do perímetro urbano.



Dionísio Gazziero questiona o uso das cortinas verdes como alternativa

aplicado o critério dos 300 metros sem defensivos entre a última rua da cidade e a propriedade, sobram apenas 15,7 hectares (38%) para exploração convencional. Considerando que uma certificação orgânica exigiria que vizinhos não usassem defensivos, os 300 metros ficariam com seu potencial comprometido para a produção de alimentos. Afinal sem agroquímicos o potencial produtivo pode ser prejudicado e sem aumento do valor do alimento que porventura consiga se produzir sem o uso da tecnologia.

Dionísio Gazziero, da Embrapa Soja, explica que são inúmeras as alternativas a serem adotadas para reduzir o problema de contato das pessoas nas cidades com os defensivos. O manejo e uso correto de bicos são exemplos entre uma infinidade de opções disponíveis. “Esse é um assunto polêmico, que tem sido questionado. Na realidade, eu diria que isoladamente não é um sistema alternativo que vá resolver nenhum problema.

Quem é técnico sabe que existem muitas alternativas para colocar em prática antes de adotar uma coisa dessas”, avalia o pesquisador.

Gazziero também considera que não há comprovação científica de que uma carreira de árvores ou algo tão simples tenha potencial de resolver todos os problemas. “Não é simplesmente a cortina verde ou plantar duas fileiras de árvores que vai ser uma solução definitiva. Tem várias outras implicações e nós precisamos conhecer desse assunto. O próprio Ministério Público precisa conhecer e trabalhar conosco na agricultura no sentido de implementar um conjunto de práticas, sempre baseado em trabalhos técnicos-científicos. É aí que nós precisamos basear ou colocar todos os nossos conhecimentos para que a gente não precise chegar numa técnica como essa que realmente é questionável”, explica.

Na visão de quem propõe a exigência, a medida evitaria que os defensivos atingissem as cidades, o que é questionável pois não há comprovação científica. Mas o que vem com essa norma, sem margem para questionamento, é um potencial prejuízo bilionário ao Paraná. Caso a obrigatoriedade seja implantada a nível estadual, as cortinas verdes devem causar perdas na ordem de quase R\$ 1,5 bilhão ao agronegócio paranaense (ver tabela). O cálculo foi elaborado pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab).

“Nossa pergunta é: quem vai indenizar o produtor”, questiona Elisangeles Baptista de Souza, engenheira agrônoma do Detec do Sistema FAEP/SENAR-PR.

A nota técnica elaborada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR detalha as consequências de se aplicar a exigência aos produtores. Em uma simulação, em uma propriedade de 41,3 hectares do município de Luiziana, caso seja

Os prejuízos das cortinas verdes

Município	Perímetro urbano (metros)	Hectares	Renda perdida (R\$)
Araruna	26.000	780,0	5.903.040,00
Cambira	10.800	324,0	2.452.032,00
Cândido de Abreu	17.700	531,0	4.018.608,00
Cascavel	94.800	2.844,0	21.523.392,00
Grandes Rios	8.160	244,8	1.852.646,40
Luiziana	13.200	396,0	2.996.928,00
Mato Rico	10.000	300,0	2.270.400,00
Rosário do Ivaí	9.100	273,0	2.066.064,00
TOTAL	189.760	5.692,8	43.083.110,40

Total do Paraná

R\$ 1,52 bilhão

Muito mais que um simples letreiro

Marco de Los Angeles, o ícone foi construído para divulgar um loteamento residencial. Devido ao sucesso, acabou incorporado à paisagem da cidade

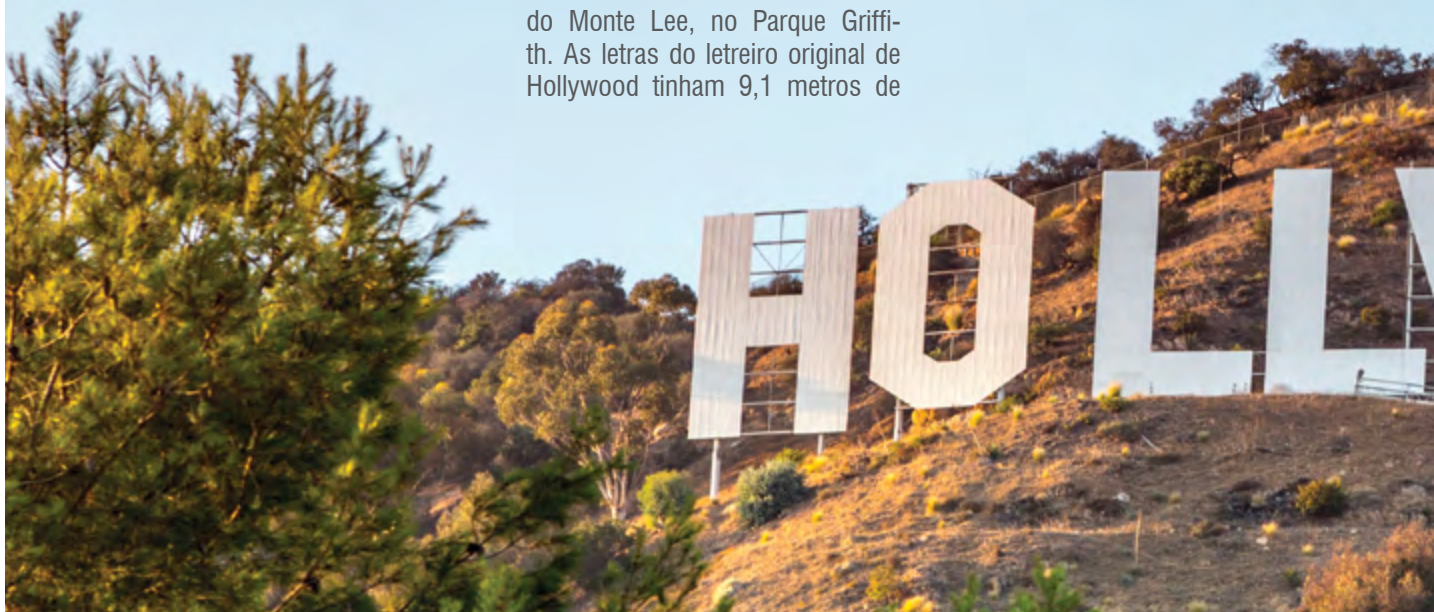
O famoso letreiro de Hollywood é um marco importante do turismo dos Estados Unidos. Apesar da referência mundial, a história da construção do letreiro tem relação com o mercado imobiliário da região, antes de ganhar a fama mundial. Na década de 1920, o ícone de Los Angeles foi colocado em evidência para divulgar um loteamento residencial chamado Hollywoodland. Os desenvolvedores S. H. Woodruff e Tracy E. Shoults co-

meçaram a desenvolver um novo bairro com esse nome e o sinal foi criado para agir como um enorme cartaz para chamar novos compradores de casa para o local, ao custo de cerca de 21 mil dólares, aproximadamente o equivalente a 250 mil dólares atuais. Mas o que era apenas uma ação de marketing acabou se tornando uma imagem famosa no planeta.

A instalação ocorreu em julho de 1923 de forma provisória. O letreiro foi instalado no lado Sul do Monte Lee, no Parque Griffith. As letras do letreiro original de Hollywood tinham 9,1 metros de

largura, 14 metros de altura e 4 mil lâmpadas. Na época, as lâmpadas foram cronometradas para piscar de forma que as palavras “HOLLY”, “WOOD” e “LAND” se acendessem consecutivamente, seguidas pela palavra inteira. Isso não foi considerado brega, mas bastante progressista e moderno.

Apesar de instalado nos Estados Unidos, o projeto é do artista Thomas Fisk Goff, nascido em Londres em 1890. Ele imigrou para



a América e se estabeleceu em Los Angeles no início dos anos 1920, quando abriu a empresa de letreiros Crescent Sign Company. Woodruff e Shoultz contrataram Goff para criar e instalar o monumento. Também naquela época, os promotores imobiliários contrataram Albert Kothe para atuar como cuidador. Além de outras responsabilidades, Kothe era responsável pela manutenção do sinal de Hollywoodland, como substituir as lâmpadas do letreiro quando queimavam, uma tarefa grande considerando o número de lâmpadas e a altura de cada letra.

O projeto original do letreiro era adequado para que as letras fossem expostas por 18 meses. Mas, o sucesso da ação foi tão grande que o letreiro acabou permanecendo no mesmo lugar por décadas, sem qualquer tipo de manutenção. Posteriormente,

ícone acabou incorporado a paisagem da cidade norte-americana.

A expansão do cinema norte-americano e a consolidação de Los Angeles como um importante reduto de astros e estrelas do cinema fizeram com que o letreiro aparecesse em diversos filmes. Por isso, a prefeitura de Los Angeles resolveu deixar as letras no local de forma definitiva. Sendo que em 1949 as letras que formavam a palavra "Land" foram removidas, tornando Hollywoodland em apenas Hollywood.

Apesar de ser símbolo do glamour de Hollywood, o letreiro tem algumas histórias curiosas. Um caso inusitado aconteceu em setembro de 1932, quando a atriz Peg Entwistle saltou da letra H e acabou morrendo.

Na década de 1970, o letreiro foi restaurado graças a doações de algumas per-

sonalidades importantes da época, como o editor Terrence Donnelly, o fundador da revista Playboy Hugh Hefner e a empresa Warner Bros Records.

Ao longo dos anos seguintes, algumas mudanças foram realizadas nas letras para criar homenagens em datas especiais. Em 1987, por exemplo, o letreiro ficou como HolyWood (Terra Sagrada), como homenagem ao Papa João Paulo II, que visitou a cidade em setembro de 1987. Já em 1983, o letreiro foi trocado pelas palavras Go Navy (Vamos Marinha), uma homenagem à Marinha norte-americana.

Atualmente, a área do letreiro de Hollywood é controlada por um eficiente sistema de segurança com detecção de movimento e câmeras de circuito fechado. Qualquer movimento no local dispara um alarme e chama a polícia.



Verdades sobre o projeto que altera a Lei de Defensivos Agrícolas

Análise do Departamento Técnico da CNA mostra que o substitutivo irá dar transparência aos registros de pesticidas, permitindo a disponibilização, com segurança, dos produtos necessários à agricultura

Em meio ao debate do Projeto de Lei nº 6.299/2002 que regula o registro de defensivos agrícolas, muitas inverdades têm sido divulgadas na mídia. Porém, o texto que substitui a proposta inicial visa dar celeridade e transparência aos registros de pesticidas, permitindo a disponibilização, com segurança, dos produtos necessários à agricultura.

O relatório do deputado Luiz Nishimori (PR-PR) foi aprovado na comissão especial da Câmara dos Deputados em 25 de junho de 2018, com 17 votos a favor e nove contrários. A matéria segue para o Plenário da Câmara, ainda sem data definida.

A proposta contempla mudanças estruturantes no processo de registro desses produtos, como mudança de

nomenclatura do termo agrotóxicos, adoção do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Substâncias Químicas (GHS) que considera a análise de risco e não só análise de perigo da molécula, permissão para que associações e instituições de pesquisa façam pedido de extensão de uso de produtos fitossanitários para Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente, aperfeiçoamento de dispositivos para registros temporários; estabelecimento de prazos e taxas para registro considerando o grau de complexidade das análises e avaliações, entre outros.

O Departamento Técnico da CNA fez uma análise pontual do Projeto de Lei nº 6.299/2002 que regula o registro de defensivos agrícolas.



Confira alguns detalhes:

- A proposta que tramita na Câmara estabelece que os produtos sejam obrigados a passar por avaliação de risco à saúde humana e ao meio ambiente, conforme abaixo:

Art. 4º-.....

§ 4º *A análise dos riscos é obrigatória para a concessão de registro de produto fitossanitário e produto de controle ambiental.*

Complementarmente, no Art 3º, § 15 consta que *“Proceder-se-á à análise de risco para a concessão dos registros dos produtos novos, além de modificação nos usos que impliquem em aumento de dose, inclusão de cultura, equipamento de aplicação ou nos casos de reanálise.”*

A definição de análise de risco está no Art. 2º item VI, e trata-se do processo constituído por três fases sucessivas e interligadas: avaliação, gestão (manejo) e comunicação dos riscos, sendo a avaliação de risco definida como a *“caracterização científica e sistemática da natureza e magnitude dos riscos à saúde humana e ao meio ambiente resultantes da exposição a determinadas substâncias ou produtos, cujo processo inclui a identificação do perigo, a avaliação da dose-resposta (caracterização do perigo), a avaliação da exposição à substância e a caracterização do risco (Art. 2º item VI, a).”*

Ou seja, a proposta que tramita na Câmara propõe sim que os produtos passem por avaliação de risco à saúde humana e ao meio ambiente.

E como complemento da garantia à saúde humana e ao meio ambiente, o referido projeto de lei estabelece

uma harmonização com acordos e sistemas internacionais adotados nos principais países agrícolas, conforme segue:

“Art 3º -

§ 13. *As exigências para o registro de produtos fitossanitários, de produtos de controle ambiental e afins deverão observar os acordos internacionais relacionados à matéria, dos quais o País faça parte.*

§ 14. *Quando organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios, alertarem para riscos ou desaconselharem o uso de produto fitossanitário, produto de controle ambiental, produto técnico e afins, caberá à autoridade competente tomar providências de reanálise dos riscos.”*

Ainda como proposta do projeto, em seu Capítulo I, Art. 4º, § 2º, fica estabelecido que o processo decisório de gestão de riscos será fundamentado na análise de riscos nos processos de registro de produtos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, produtos técnicos e afins.

Para concluir, o projeto estabelece critérios que garante a saúde humana e do meio ambiente, já que proíbe o registro de produtos que apresentem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente em seu Art 4º, § 3º:

Art. 4º-.....

§ 3º *Fica proibido o registro de produtos fitossanitários, de produtos de controle ambiental e afins que, nas condições recomendadas de uso, apresentem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio*



ambiente, ou seja, permanece inseguro mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco.

- A competência para realizar reavaliação ambiental é do órgão de Meio Ambiente, no caso o Ibama. A Anvisa compete análises referentes às questões toxicológicas. Pela proposta, os órgãos federais continuarão fazendo as reanálises de acordo com suas competências.

O órgão federal que atua na área da agricultura coordenará o processo de reanálise dos produtos e solicitará as informações ao órgão de saúde quando a reanálise estiver relacionada às questões de toxicologia.

Já no processo de reanálise ambiental, o órgão federal que atua na área de meio ambiente procederá a análise.

- A proposta não retira dos órgãos da saúde e meio ambiente a competência de adotar os procedimentos necessários para homologar ou não a avaliação.

O Poder Público não é obrigado a homologar a avaliação de risco. Só o fará se estiver de acordo ela.

- O Projeto de Lei atende a população brasileira pois as propostas contribuem sim com a melhoria, disponibilidade de alimentos mais seguros ou novas tecnologias para o agricultor.

O projeto contribui com novas tecnologias para o agricultor pois um sistema de registro mais célere, e não menos rígido, permitirá que empresas menores entrem no mercado, inclusive as empresas de genéricos. A atual concentração das empresas de defensivos muito se deve à atual morosidade do processo. Para

empresas pequenas é inviável aguardar mais de oito anos para começar a obter retorno dos investimentos em tecnologia.

Uma das propostas que visa reduzir a fila de pedidos de registro está relacionada aos processos de registro de produtos para Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficientes (CSFI); o projeto de lei permite que associações de agricultores, entidades de pesquisa ou de extensão ou os titulares de registros façam requerimento ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) da avaliação de novos usos em produtos fitossanitários ou afins já registrados para controle de outros alvos biológicos em CSFI.

Atualmente, somente as empresas podem requerer o registro de um produto ou a extensão de uso de um produto já registrado para outras culturas do mesmo grupo. Isso tem se tornado um gargalo para os produtores de frutas, hortaliças e de outras culturas consideradas de suporte fitossanitário insuficientes.

O projeto contribui para a disponibilidade de alimentos mais seguros, pois é vantagem para o Poder Público que ferramentas de mitigação de riscos como os produtos fitossanitários estejam disponíveis ao produtor quando da necessidade de garantia da defesa fitossanitária e da segurança do alimento.

A disponibilização de moléculas com tecnologias mais modernas, de menor toxicidade, contribuirá para a disponibilidade de alimentos mais seguros, pois o produtor rural terá o insumo necessário para controlar pragas



e doenças e, assim ofertar mais alimento à população.

Essas medidas propostas podem reduzir o preço dos produtos fitossanitários e o custo de produção ao agricultor, sem reduzir a segurança do alimento.

- O objetivo em alterar o nome “agrotóxico” para “defensivo fitossanitário” é harmonizar a nomenclatura com os demais países, que em sua maioria utilizam o termo “pesticidas” ou “produtos fitossanitários”.

Na União Europeia esses produtos são denominados fitofarmacêuticos, e nos documentos do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL são denominados produtos fitossanitários. Além desses dois exemplos, é comum a utilização da expressão defensivo agrícola para designar os produtos que no Brasil são denominados agrotóxicos.

Enquanto isso, em Portugal essas substâncias são denominadas pesticidas. Em outras línguas adotam-se variações com a mesma etimologia: pesticidas (espanhol), pesticide (inglês), pestizide (alemão), pesticides (francês), pesticidi (italiano), pesticider (dinamarquês e sueco), pesticiden (holandês), пестициды (pestitsidy – russo).

Vale ressaltar que alterar a nomenclatura não altera a classe toxicológica das moléculas ou o processo de registro ao qual o produto será submetido. Com isso, a alteração é somente questão de nomenclatura e não facilitará o registro de produtos considerados cancerígenos. Não há nenhum dispositivo na proposta que prevê essa facilitação relacionada à nomenclatura.

- A proposta não retira dos órgãos da saúde e meio

ambiente, Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a competência de adotar os procedimentos necessários para homologar ou não a avaliação.

O Poder Público não é obrigado a validar a avaliação de risco. Só o fará se estiver de acordo ela.

O projeto de lei prevê o envolvimento dos órgãos federais responsáveis pelo setor da agricultura, saúde e meio ambiente no processo de registro, assim como a legislação atual prevê. Atualmente o Mapa já é o órgão registrante de produtos fitossanitários, que concede os registros após análises e validações dos órgãos da saúde e meio ambiente, dentro de suas respectivas competências.

Se os órgãos federais de saúde e meio ambiente identificarem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente, ficará proibido o registro do produto, conforme estabelecido no Art. 4º, § 3º da proposta.

- De acordo com a proposta, em seu Art. 5º, item IX, o órgão da agricultura e órgão da saúde farão conjuntamente o monitoramento dos resíduos de defensivos agrícolas e do uso adequado.

De acordo com o Projeto de Lei, caberá ao órgão federal responsável pelo setor da saúde apoiar tecnicamente os órgãos competentes no processo de investigação de acidentes e de enfermidades verificadas nas atividades com produto fitossanitário e produto de controle ambiental, e afins.



'Chega de veneno na comida' é slogan barato

Quem mais ganha com a morosidade – e o elevado custo – no registro de agrotóxicos? Resposta 1: as empresas multinacionais do veneno. E quem mais perde? Resposta 2: os pequenos agricultores.

Isso mesmo. Lutar contra a agilização do processo, conforme ambientalistas estão fazendo, somente favorece as grandes empresas. E nada se ganha na garantia de alimentos saudáveis à população. Explico o porquê.

A legislação atual, aprovada em 1989, exige que três Ministérios – Agricultura, Saúde e Meio Ambiente – se pronunciem sobre o registro de agrotóxicos. Estabelece ainda um longo prazo, de até cinco anos, para a emissão dos pareceres técnicos. E se, porventura, um deles for contrário, arquiva-se o processo.

Tal tramitação burocrática, afora as exigências técnicas, onera em demasia as empresas. Considere-se, ainda, os elevados investimentos, e o tempo, necessários para se desenvolver um produto fitossanitário eficiente. As cifras atingem milhões de dólares, cerca de 10 anos de pesquisas, primeiro em laboratórios e, depois, no campo experimental.

São três as principais consequências negativas dessa situação:

o processo de registro de agrotóxicos, por ser custoso e demorado, reduz a competição setorial e desestimula a participação de empresas menores, favorecendo o cartel das grandes empresas multinacionais. Por isso é que, nesses quase 30 anos de vigência da lei, nunca elas reclamaram do problema;

centenas de produtos químicos, oriundos das novas gerações de pesticidas, tardam anos para chegar ao mercado agropecuário, prejudicando a evolução do sistema produtivo.

Essas novas moléculas, sintetizadas pelos laboratórios globais, têm as seguintes características básicas: a) são mais seletivas, quer dizer, atuam apenas contra as pragas-alvo sem afetar o ecossistema; b) são menos tóxicas e de menor vida útil, ou seja, mais biodegradáveis; e c) são mais eficientes, exigindo menor quantidade de princípio ativo por hectare de lavoura. Se nossos agricultores estivessem utilizando esses pesticidas mais contemporâneos nas suas plantações, tanto o meio ambiente quanto a saúde humana estariam, certamente, mais bem protegidos;

não tem valido a pena, às empresas fabricantes, solicitar o registro de agrotóxicos para muitas das culturas “menores”, como hortaliças e frutas, típicas de pequenos produtores. Não compensa o custo. Na falta dessa autorização de uso, os agricultores aplicam no pimentão, por exemplo, agrotóxicos registrados para tomate. Daí surgem as “desconformidades”, uma perigosa situação detectada nas pesquisas de resíduos de agrotóxicos feitas pela Anvisa. O governo já vem atuando para tentar sanar essa deficiência que afeta as “minor crops”, apelido das Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI).

Por desconhecerem, tecnicamente, o assunto, os ambientalistas imaginam que, mantendo o “rigor” atual, fica melhor. Mas, conforme argumentei, é pior deixar como está. Está certo, portanto, o Ministério da Agricultura em promover alterações visando agilizar, sem perder rigor, o registro dos produtos. Basta assegurar a transparência, pela internet, do processo.

Existe um ponto mais delicado. Qualquer agrotóxico (ou pesticida ou produto fitossanitário, pois tais termos são sinônimos) oferece risco à saúde

e ao meio ambiente. O xis da questão não reside na teoria (a formulação química), mas sim na prática, ou seja, nas condições de uso e aplicação dos produtos, incluindo a DOSE recomendada. O problema se localiza na roça, não na mesa.

Há equivalência com os remédios humanos. Medicamentos perigosos, mesmo alguns potencialmente cancerígenos, têm registro permitido no combate de doenças, pois nas condições de uso são inofensivos. É o caso do comum omeprazol, que eu, você e nossos amigos tomamos para combater refluxo gástrico. Se você o utilizar exageradamente, pode lhe provocar tumores no estômago.

Carregado sorridentemente por artistas engajados, “chega de veneno na comida” é um slogan barato. Todos nós facilmente o compramos. Somente o desconhecimento técnico e uma boa dose de agrofobia permitem acreditar que os “ruralistas” pretendem envenenar o mundo. Coisa boba.

O esdrúxulo raciocínio, porém, influencia alguns jornalistas, que adoram esculachar o agricultor nacional, como se este fosse o diabo em pessoa e, eles, os santos protetores da humanidade. Cansa, viu.



Xico Graziano, engenheiro agrônomo e doutor em Administração. É professor de MBA da FGV e sócio-diretor da e-PoliticsGraziano.

Aula prática para o futuro

CTA de Assis Chateaubriand abre as portas do seu aviário-escola para alunos de curso técnico em Agropecuária



Com objetivo de conhecer mais de perto como funciona a atividade da avicultura, no dia 6 de julho, um grupo de 35 estudantes do curso técnico em Agropecuária do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, de Guarapuava, esteve no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) do SENAR-PR, em Assis Chateaubriand (região Oeste). O local abriga o Centro Tecnológico de Avicultura, conhecido como aviário-escola.

Na ocasião, os jovens puderam entender o funcionamento de um aviário e as modernas tecnologias utilizadas na atividade. Mais do que garantir créditos de presença e nota na avaliação escolar, o intuito dos estudantes foi conhecer novas possibilidades de atuação no meio rural. “A grande maioria dos alunos é filho de pequenos produtores. Conhecendo novas realidades eles têm mais elementos para decidirem continuar no campo”, observa a professora da turma visitante, Deise Maria Feltrin.

Segundo a docente, o curso técnico em Agropecuária, com duração de três anos, é destinado a alunos que estão cursando o ensino médio, ou que já concluíram. Tanto que a turma que visitou o CTA contava também com estudantes universitários.

Na opinião da professora, um ponto importante da

visita foi colocar os jovens em contato com o que há de mais moderno em tecnologia agropecuária. “Esse sistema dark house dos aviários é uma realidade que eles ainda não conheciam”, observa. Outro ponto positivo, segundo Deise, é a boa qualidade das palestras e o cuidado do SENAR-PR com as pessoas que visitam o CTA. “Fazem três anos que iniciamos esse tipo de viagem com os alunos. A boa qualidade da apresentação e a acolhida da instituição fez com que nós voltássemos este ano”, avalia.

A cordialidade dos colaboradores do CTA na recepção dos visitantes também foi destacada pelo aluno Alex Bueno. “Vimos que a estrutura do SENAR-PR é muito boa, muito bem preparada. Chegamos no horário

marcado e já estavam todos prontos nos esperando com café da manhã”, lembra.

Atuando como contador no meio rural, Bueno pretende investir na atividade agrícola em um futuro próximo. Desta forma a visita ao CTA abriu ainda mais seu leque de possibilidades. “Nossa visita foi justamente para ver culturas diferentes para nossa região. Aqui (na região de Guarapuava) não tem tanta avicultura, é muito frio. Mas despertou a curiosidade. É uma alternativa”, observa.

Também a jovem Astrydi Karina Lange avaliou como positiva a visita ao CTA. Estudante de medicina veterinária, ela também passou a considerar a avicultura como uma atividade em potencial após a visita. Atualmente seus pais têm uma propriedade onde atuam com pecuária leiteira. Seu objetivo, depois de formada, é trabalhar nesta área também. Para se preparar, ela conta com o auxílio do SENAR-PR.

“Já fiz vários cursos do SENAR na área de pecuária de leite, de corte, casqueamento, inseminação artificial, e agora estou fazendo o Programa Empreendedor Rural (PER)”, conta a jovem, que não pretende abandonar o campo depois de formada, provando que quando há suporte e conhecimento, há uma juventude disposta a dar continuidade ao trabalho no meio rural.

Sindicato Rural de Pato Branco completa 50 anos

Jubileu de Ouro da entidade reuniu cerca de 700 pessoas em evento para celebrar o trabalho em favor dos produtores rurais



Da esquerda para direita, o deputado estadual Guto Silva, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, Roseli Caldato e seu marido Oradi Caldato, presidente do Sindicato Rural de Pato Branco

Conhecida como “Capital do Sudoeste Paranaense”, a cidade de Pato Branco esteve em festa no dia 6 de julho, quando foram comemorados os 50 anos do Sindicato Rural do município. Para celebrar a data, um evento no Salão Nobre da Sociedade Rural de Pato Branco contou com a presença de cerca de 700 pessoas, entre produtores, autoridades e lideranças rurais da região. Na ocasião, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, o diretor secretário da FAEP, Livaldo Gemin, e o assessor sindical do Sistema FAEP/SENAR-PR, João Lázaro Pires, prestigiaram o evento

A programação contou com homenagens aos presidentes que lideraram a entidade neste meio século de existência e apresentação de dança gauchesca. Após o jantar foi celebrado um baile típico da região.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Pato Branco e vice-presidente da FAEP, Oradi Caldato, o evento foi um sucesso. “Foi de derramar pela beirada, sobrou alegria”, comemorou o dirigente, que destacou o trabalho e o empenho de todos os funcionários da instituição, capitaneados pela colaboradora Cremilda Marques Carneiro. “O bom trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Sindicato

de Pato Branco mostra que a força da nossa agropecuária está na nossa união. Essa festa marca uma trajetória de muito trabalho e superação, estão de parabéns”, disse Meneguette.

Nestas cinco décadas de existência, o Sindicato Rural de Pato Branco esteve ao lado do produtor rural, encampando suas lutas em momentos decisivos da história brasileira, como lembra seu dirigente. “Em 1982, o sindicato mobilizou uma paralisação geral de oito dias por conta dos baixos preços pagos aos produtores, que não cobriam os custos de produção. Comércio, bancos, cartórios, tudo ficou fechado. Eu nem era associado na época, mas participei e passei a me aproximar do sindicato”, lembra Caldato.

Mais recentemente, merece destaque a mobilização pela aprovação do Código Florestal. “A gente participou ativamente. Ninguém no país mobilizou mais pessoas que a FAEP. Com isso conseguimos eliminar aquela velha colcha de retalhos que nós tínhamos como lei ambiental”, relembra Caldato.

Autoridades

Além dos dirigentes da FAEP, o evento de comemoração dos 50 anos do Sindicato Rural de Pato Branco contou com a presença do prefeito do município, Augustinho Zucchi, do prefeito de Bom Sucesso do Sul, Nilson Antonio Feversani, o prefeito de Itapejara do Oeste, Agilberto Perin. O vereador de Pato Branco, Moacir Gregorin, o diretor da Fundação Celinauta, Frei Neuri Reinisch, além de representantes de órgãos de Estado, de instituições financeiras, instituições de ensino, da Polícia Militar e de outros sindicatos rurais da região. “A gente fica emocionado com esse apoio. Esse respaldo aumenta a nossa responsabilidade em continuar conduzindo a entidade por mãos seguras, limpas e participando da sociedade sempre”, finalizou Caldato.

Exame de mormo obrigatório

A partir do dia 1º de setembro o ingresso de equídeos no Paraná, para participar de eventos agropecuários e/ou outras finalidades, só poderá ocorrer mediante apresentação de laudo laboratorial negativo para o mormo, doença infectocontagiosa que acomete cavalos e outros equídeos. De acordo com a portaria nº 183 da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), a

partir desta data também será necessária apresentação de carteira de vacinação contra influenza equina para entrar no Estado.



Segunda fase do Seminário Agrinho

Começou no dia 10 de julho a segunda etapa do Segundo Seminário Regional de Formação de Professores Agrinho, que acontece na modalidade Educação a

Distância (EAD). Nessa fase mil professores realizam o curso com duração de 20 dias e carga horária de 32 horas. Outra turma para esta segunda etapa do Seminário será iniciada em agosto. Para se inscrever os professores interessados devem ter participado da primeira etapa do Seminário, que ocorreu de forma presencial. As inscrições são feitas por meio do site: www.senardigital.com.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/06/2018

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	141,04		-	32,50	-	-	-	173,54
Serviços D.S.A.	403.544,18		-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	42.123.943,41	-	2.341.952,64	-	48.763.329,11
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.360.419,69	-	192.156,99	-	16.702.188,52
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.288.102,67	-	-	-	8.052.637,30
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	165.034,07	-	-	-	242.356,85
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	16.191,37	-	-	-	22.029,98
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	207.088,66	-	-	-	291.096,57
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.323,04	4.624.105,00	141.031,00	51.239.493,45	542.225,27	2.675.140,63	77.567,43	73.996.244,43
SALDO LÍQUIDO TOTAL								73.996.244,43

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9



CANTAGALO

BÁSICO EM MANDIOCA

Nos dias 17 e 18 de maio, o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca - básico em mandioca foi realizado em Cantagalo por promoção do Sindicato Rural de Guarapuava. A instrutora Inês Maria Wietozkoski capacitou 11 pessoas.



ITAMBÉ

COLHEDORA AXIAL

O Sindicato Rural de Maringá realizou, na cidade de Itambé, entre os dias 21 e 25 de maio, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - colhedora axial – Norma Regulamentadora 31.12. Um grupo de 11 pessoas foi treinado pelo instrutor Newton Cardoso.



PALOTINA

SEMEADEIRA E PLANTADEIRA

Durante o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - operação de implementos - semeadeira e plantadeira, promovido pelo Sindicato Rural de Palotina, o instrutor Osmar Alves treinou 12 pessoas. A capacitação ocorreu no dia 29 de maio, na Fazenda Açú.



RONDON

ACIDENTES DO TRABALHO RURAL

O curso Trabalhador na Segurança no Trabalho CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural aconteceu por iniciativa do Sindicato Rural de Rondon, entre os dias 6 a 8 de março. O instrutor Marcelo Silveira dos Santos preparou 15 pessoas.



JUSSARA

TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Cianorte e Companhia Melhoramentos Norte do Paraná promoveram em Jussara o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - Norma Regulamentadora 31.12, entre os dias 16 a 20 de abril. Nove pessoas participaram do treinamento com o instrutor Lucas David Schemberger.



UMUARAMA

BÁSICO EM MILHO

Nos dias 24 e 25 de maio aconteceu o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de cereais - básico em milho. A realização foi do Sindicato Rural de Umuarama, Secretaria de Agricultura, Prefeitura Municipal de Umuarama. 12 pessoas foram treinadas pela instrutora Silvia Lucia Neves.



SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

No dia 9 de maio, 15 pessoas participaram do curso Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - classificação de grãos – milho, promovido pelo Sindicato Rural de São Miguel do Iguaçu. Na ocasião, a instrutora foi Ivonete Teixeira Rasêra.



GUARAPUAVA

CORTE POLIVALENTE DE ÁRVORES

O curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores aconteceu entre os dias 14 e 18 de maio, por iniciativa do Sindicato Rural de Guarapuava. O instrutor Eloir Antônio da Silva treinou seis pessoas.

VIA RÁPIDA

Iogurte saudável... para a boca

Nutritivo, saboroso, versátil e queridinho da dieta por ser pouco calórico, o iogurte também gera benefícios para os dentes. Foi comprovado que, devido às bactérias presentes no alimento, é possível reduzir o mau hálito, cáries e problemas na gengiva.



Indeciso

Numa entrevista de emprego, o psicólogo pergunta para o candidato:

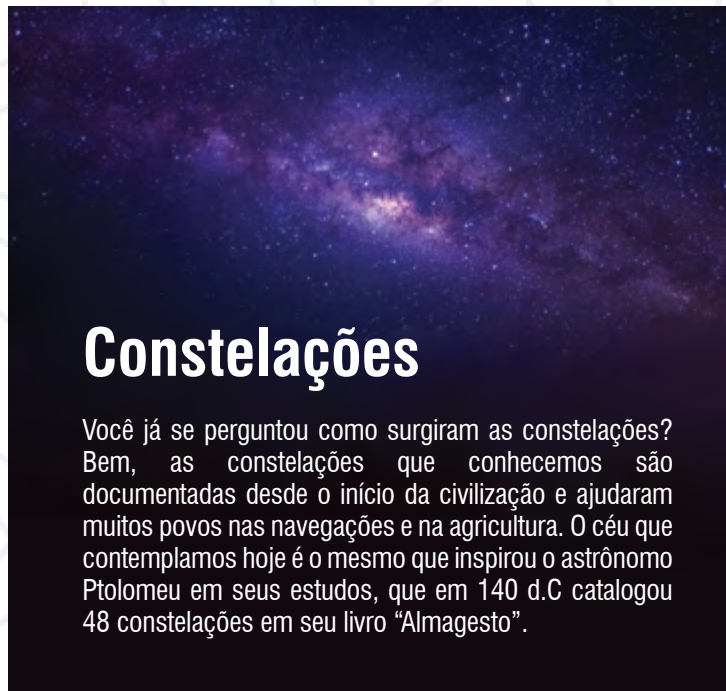
- Você é indeciso?

O candidato pensa e responde:

- Não sei, talvez, acho que sim, depende, às vezes sim e às vezes não. Ah, eu sou sim, pensando bem acho que não, não, não, sou não!

Constelações

Você já se perguntou como surgiram as constelações? Bem, as constelações que conhecemos são documentadas desde o início da civilização e ajudaram muitos povos nas navegações e na agricultura. O céu que contemplamos hoje é o mesmo que inspirou o astrônomo Ptolomeu em seus estudos, que em 140 d.C catalogou 48 constelações em seu livro "Almagesto".



"Haveria muito menos mal no mundo, se o mal não pudesse ser feito sob a aparência do bem"

Marie Eschenbach.



Videira de meio milênio

Se um dia você estiver passeando pela cidade de Maribor, na Eslovênia, vale a pena passar pela rua Vojašniška para contemplar a videira de mais de 500 anos. O mais interessante é que a árvore ainda produz frutos do tipo Žametovka. Apesar de a cidade já ter sido invadida por Napoleão e tropas nazistas, esses eventos não abalaram em nada o desenvolvimento da videira

Cidade do luxo

A excêntrica cidade de Dubai, localizada nos Emirados Árabes, é sinônimo de ostentação e luxo. Lá, a frota policial dirige carros das marcas Mercedes, Lamborghini e Ferrari. Os pontos de ônibus têm ar condicionado. Existem caixas eletrônicas para barras de ouro. Inclusive, 40% do metal precioso comercializado no mundo passam por lá.



Reserva de água doce

Ao Sul do Chile e Argentina compreende-se a região da Patagônia, conhecida pelo seu clima gelado e por paisagens estonteantes. Dona de um complexo ecossistema, a região já recebeu a ilustre visita do cientista Charles Darwin. Ainda, a Patagônia abriga a terceira maior reserva de água doce do mundo, a geleira Perito Moreno, que fica em território argentino.



Equilíbrio em uma perna só

Os flamingos, graciosas aves que vivem nas lagunas do Amapá, são conhecidos por ficarem em pé apoiadas somente em uma perna. Isso porque, como sempre estão em zonas aquáticas, é desta forma que as aves equilibram a temperatura corporal, mantendo a outra perna próxima do corpo.



UMA SIMPLES FOTO





CATÁLOGO INTERATIVO SENAR PR

O SENAR-PR oferece centenas de cursos para capacitar trabalhadores e produtores rurais em suas atividades.

Acesse o Catálogo Interativo no nosso canal do Youtube e obtenha mais informações.

youtube.com/sistemafaep



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em _____
Em _____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

